

**REUNIÃO: 3ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**  
**DATA: 10/12/2024**  
**LOCAL: PRESENCIAL**  
**ECO ARTES**  
**INÍCIO: 13h**



**PRESIDENTE: Felipe Cruz Mendonça**  
**SUPLENTE DO PRESIDENTE: Leonardo Teófilo da Silva Cândido**  
**SECRETÁRIA EXECUTIVA: Elisabete Hulgado Holanda – Assistente Eufrania Abreu**  
**VICE-SECRETÁRIA EXECUTIVA: Maria Agostinho da Silva**

## 1. PARTICIPANTES

### 1.1. PRESENTES CONSELHEIROS

Entidades	Conselheiro	Contato
AAI - Associação dos Amigos do Itatiaia	Adriana Fontes	<a href="mailto:adrianafonte@gmail.com">adrianafonte@gmail.com</a>
AMAR – Agência de Meio Ambiente de Resende	Gabriela Rossi Pontes	<a href="mailto:gabrielarossipontes@gmail.com">gabrielarossipontes@gmail.com</a>
AEDB – Associação Educacional Dom Bosco	Célia Mattos	<a href="mailto:celiaceratola@gmail.com">celiaceratola@gmail.com</a>
Associação de Artesãos Macaco Arteiro de Itatiaia	Silvia Aracelli de Lima Carneiro	<a href="mailto:aracelly.celly@hotmail.com">aracelly.celly@hotmail.com</a>
Associação Turística e Comercial da Região de Visconde de Mauá - MAUATUR	Ary Zonis	<a href="mailto:mauatur@viscondedemaua.org.br">mauatur@viscondedemaua.org.br</a>

Associação de Amigos, Vizinhos e Moradores da Serra Negra - AAVMSR	Marcella F. V Camargo Tailana do Santos	aavmsrcomunidadetradicional@gmail.com
Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN	Edson Tito Vieira do Canto	
Embaixadores do Parque Nacional do Itatiaia	Miguel Augusto Monte	migueltrutaviva@gmail.com
Grupo Voluntário de Busca e Salvamento – Anjos da Montanha	Franklin Rodrigues Alves Junior	<a href="mailto:frajunior92@gmail.com">frajunior92@gmail.com</a>
CBMERJ - 23º Grupamento de Bombeiros Militar	Fábio Gandra	<a href="mailto:gandratrek@gmail.com">gandratrek@gmail.com</a>
Crescente Fértil - Projetos Ambientais, Culturais e de Comunicação	Ingrid Coelho Martins	<a href="mailto:ingridcoelhoef@gmail.com">ingridcoelhoef@gmail.com</a>
Câmara de Dirigentes Lojistas de Itatiaia - Resende - CDL	Marcelo Andres Carrasco Jimenez Renan Siqueira	<a href="mailto:pousadavillaluna@gmail.com">pousadavillaluna@gmail.com</a>
Centro Universitário Fundação Oswaldo Aranha -UNIFOA	André Barbosa	<a href="mailto:andre.vargas@foa.org.br">andre.vargas@foa.org.br</a>
Centro Universitário de Barra Mansa- UBM	Glauco Cunha	<a href="mailto:glauco.cunha@ubm.br">glauco.cunha@ubm.br</a>
Grupo Excursionista Agulhas Negras (GEAN)	Marcelo Brito	<a href="mailto:marcelo.brito.rj@gmail.com">marcelo.brito.rj@gmail.com</a>
Federação de Montanhismo do Estado de São Paulo – FEMESP	Zenilda B. Santos	<a href="mailto:zenibsanos9294@gmail.com">zenibsanos9294@gmail.com</a>
Federação de Esporte de Montanha do Estado do Rio de Janeiro – FEMERJ	Waldecy Mathias Lucena	waldecyml@gmail.com

IFRJ – Instituto Federal do Rio de Janeiro	Thiago M. Melo	<a href="mailto:thiago.melo@ifrj.com.br">thiago.melo@ifrj.com.br</a>
INB – Indústrias Nucleares do Brasil	Alberto Márcio Teixeira Guimarães	<a href="mailto:amtguimaraes@gmail.com">amtguimaraes@gmail.com</a>
Instituto Campo Belo	Marcos Cotrim de Barcellos	<a href="mailto:mac25bar@gmail.com">mac25bar@gmail.com</a>
INEA/RJ - Instituto Estadual do Meio Ambiente	Aline Guedes Pinheiro	<a href="mailto:alineguedes.inea@gmail.com">alineguedes.inea@gmail.com</a>
	Márcia Martins dos Santos	<a href="mailto:marciamartinis.eng@gmail.com">marciamartinis.eng@gmail.com</a>
Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ	Leandro Freitas	<a href="mailto:leandro@jbrj.gov.br">leandro@jbrj.gov.br</a>
Jaguar Land Rover Brasil Importação e Comércio de Veículos Ltda	Juliana Fernandes	<a href="mailto:Jferna17@jaguarlandrove.com">Jferna17@jaguarlandrove.com</a>
	Ariane M. Ayres	<a href="mailto:aayres1@jaguarlandrover.com">aayres1@jaguarlandrover.com</a>
Museu Nacional - UFRJ	Wellerson Picanço	<a href="mailto:secretaria@mn.ufrj.br">secretaria@mn.ufrj.br</a>
Núcleo de Gestão Integrada Mantiqueira – NGI Mantiqueira / ICMBio	Fábio André Faraco	<a href="mailto:Fabio.faraco@icmbio.gov.br">Fabio.faraco@icmbio.gov.br</a>
	Luiz Sérgio P. Sarahyba	<a href="mailto:luiz.sarahyba@icmbio.gov.br">luiz.sarahyba@icmbio.gov.br</a>
Parque Nacional do Itatiaia ICMBio	Felipe Cruz Mendonça	<a href="mailto:felipe.mendonca@icmbio.gov.br">felipe.mendonca@icmbio.gov.br</a>
	Leonardo Teófilo da Silva Cândido	<a href="mailto:leornado.candido@icmbio.gov.br">leornado.candido@icmbio.gov.br</a>
Parque Estadual da Pedra Selada	Carlos Dário	<a href="mailto:pepedraselada@gmail.com">pepedraselada@gmail.com</a>
PRONATURA - Instituto Brasileiro de Pesquisas e Estudos Ambientais –	Nícia Cardoso P. dos Santos	<a href="mailto:nicia.pedra@pronaturainternational.org">nicia.pedra@pronaturainternational.org</a>
Prefeitura Municipal de Itamonte - PMI	Henrique Costa	<a href="mailto:prefeitura@itamonte.mg.gov.br">prefeitura@itamonte.mg.gov.br</a>
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro	Renato Rodrigues Cabral Ramos	<a href="mailto:rramos@mn.ufrj.br">rramos@mn.ufrj.br</a>

Vicariato de Resende Conselho Pastoral	Clara Inês Xavier do Nascimento Marins	<a href="mailto:claraxn21@gmail.com">claraxn21@gmail.com</a>
UEB/RJ – União Escoteiros do Brasil	Bertier da Silva Werneck Márcio Leandro de Souza	<a href="mailto:bertier.escoteiro@yahoo.com.br">bertier.escoteiro@yahoo.com.br</a>

**1.2. CONVIDADOS:**

André Pfeil	Convidado – AAI	
Anna Beatriz R. Pimentel	Convidado – AAI	
Bernardo	Convidado – AAI	
Dora de Andrade	Hotel Donati	
David Renan da Silva Ramos	Terceirizado – PNI	<a href="mailto:david.renan.terceirizado@icmbio.gov.br">david.renan.terceirizado@icmbio.gov.br</a>
Elizabeth Bessa	ATA -ICMBio	
Elisabete Hulgado	ICMBio	<a href="mailto:elisabete.hulgado@icmbio.gov.br">elisabete.hulgado@icmbio.gov.br</a>
Eduardo Barros	Convidado-Museu Nacional	<a href="mailto:Npa.ufri@gmail.com">Npa.ufri@gmail.com</a>
Eduardo Augusto vieira Cotrim	Convidado - Ecogutes	<a href="mailto:Cotrim.bio@gmail.com">Cotrim.bio@gmail.com</a>
Eufrania V. das Dores Abreu	Funcionária	<a href="mailto:eufrania.abreu.terceirizada@icmbio.gov.br">eufrania.abreu.terceirizada@icmbio.gov.br</a>
Fábio Cunha	Convidado – AAI	
Gustavo W. Tomzhinski	ICMBio	<a href="mailto:gustavo.tomzhinski@icmbio.gov.br">gustavo.tomzhinski@icmbio.gov.br</a>
Haroldo Simom	Convidado (AAI)	<a href="mailto:haroldosimom@yahoo.com.br">haroldosimom@yahoo.com.br</a>

Harley M. Campos	Convidado – AAI	
Hugo Ferraz Penteado	Convidado – AAI	<a href="mailto:hugopenteado@gmail.com">hugopenteado@gmail.com</a>
Izabella Marinho Brand	Ministério Público Federal	
Ian Marte	ATA - ICMBio	
Jacyra Spanner	Moradora	
Juliana dos Santos	UFF/PPESP	
João Victor A. Martins	The Nature Conservang	<a href="mailto:alvarengaufsg@gmail.com">alvarengaufsg@gmail.com</a>
Lucas Rangel Barbosa	SIESP/AMAN	<a href="mailto:siespoperacoes@gmail.com">siespoperacoes@gmail.com</a>
Luiz Carlos	Convidado – AAI	
,Maria Agostinho da Silva	ICMBio – PNI	<a href="mailto:masagostinho@terra.com.br">masagostinho@terra.com.br</a>
Mário K. Pitombeira	ICMBio -PNI	<a href="mailto:mario.pitombeira@icmbio.gov.br">mario.pitombeira@icmbio.gov.br</a>
Michiele Pfeil	Convidado – AAI	<a href="mailto:mpfeil@coc.ufrj.br">mpfeil@coc.ufrj.br</a>
Marcelo de Souza Motta	ICMBio-PNI	<a href="mailto:Marcelo.motta@icmbio.gov.br">Marcelo.motta@icmbio.gov.br</a>
Marcelo Jader	Convidado – AAI	
Paulo Roberto	Convidado – AAI	
Paula Santos	Convidado – AAI	

Rodrigo Eduardo de Souza Alves	AMAN	tensouzaalves@yahoo.com.br
Savio Spanner	Convidado – AAI	
Soraya Martins	ICMBio	soraya.martins@icmbio.gov.br
Vera Rodrigues de Brito	Convidado – AAI	
Verluze M da S.	Convidado – AAI	
Wagner M. Barros	Convidado – AAI	

## 2. BOAS VINDAS

Ao décimo dia do mês de dezembro de 2024, às treze horas, teve início a 3ª Assembleia Geral Ordinária do CCPNI (Conselho Consultivo do Parque Nacional da Itatiaia), presidida pelo Sr. Felipe Mendonça.

O Sr. Felipe saudou os presentes, expressando sua gratidão pela participação de todos.

### 2.1 ASSUNTOS TRATADOS

### 2.2 PAUTA

1. Atualização do quadro de instituições conselheiras (faltas registradas)
2. Apresentação de candidatura de nova instituição interessada em compor o CCPNI
3. Normas sobre o uso do PNI para treinamentos militares e grupos especiais
4. História do Último Adeus
5. Fluxo de visitação na Cachoeira do Escorrega
6. Informes gerais do PNI:
  - Retirada de pauta do PL de supressão e recategorização de parte do PNI
  - Cachoeira acessível e 1º Encontro de Acessibilidade
  - Manejo do javali
  - Camping na Parte Alta e Parte Baixa
  - Congresso de Trilhas
  - Apoio à Oficina de Manejo de Trilhas na Pedra do Baú

7. Informes gerais dos conselheiros
8. Encaminhamentos e próximos passos
9. Encerramento

### **ATUALIZAÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIÇÕES CONSELHEIRAS**

A Srª Elisabete Hulgado deu as boas-vindas a todos os presentes, agradecendo a participação. Em seguida, lembrou que a pauta da reunião foi compartilhada previamente por meio dos informes da secretaria, e que algumas sugestões de temas foram incorporadas. Destacou a importância da pontualidade devido à agenda intensa e à necessidade de seguir os horários estabelecidos. Abordou sobre o Regimento Interno do Parque, que define o número de faltas injustificadas permitidas para cada instituição ao longo de três reuniões consecutivas. Caso o limite seja ultrapassado, a instituição é notificada e deve apresentar uma justificativa na plenária. Informou sobre a situação da instituição FAMAR - Federação das Associações de Moradores de Resende, que acumula seis faltas consecutivas nas reuniões. Relatou que foram feitas conversas com o Sr. Cloves, presidente da instituição, que justificou a impossibilidade de participação no momento. Dessa forma, a vaga da FAMAR estava aberta na reunião, e o Parque estava recebendo uma nova instituição como possível candidata para ocupar a cadeira.

Dando sequência, a Srª Elisabete informou que outras instituições, como a CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas de Resende e Itatiaia, estavam prestes a atingir o número máximo de faltas permitidas. No entanto, destacou que, nesta reunião, o Sr. Renan Siqueira estava presente, representando a instituição. Ele se apresentou como presidente da CDL e conselheiro titular, colocando-se à disposição.

Além disso, a Srª Elisabete mencionou que a Prefeitura Municipal de Itamonte e o Centro Universitário Fundação Oswaldo Aranha (UNIFOA) também estavam na mesma situação. No entanto, os representantes dessas instituições haviam confirmado presença. Por fim, solicitou que todos aguardassem um pouco mais, informando que, caso os representantes não comparecessem, seria realizada uma votação para decidir sobre a permanência dessas instituições no conselho.

### **OBSERVAÇÃO:**

O representante da Prefeitura Municipal de Itamonte, conselheiro sr. Henrique Costa compareceu à reunião.

O representante do Centro Universitário Fundação Oswaldo- UNIFOA Conselheiro Sr. André Barbosa compareceu à reunião.

A Srª Elisabete informou que a Srª Nícia Cardoso havia sido nomeada conselheira suplente e estava presente na reunião, representando a PRONATURA – Instituto Brasileiro de Pesquisas e Estudos Ambientais.

A Srª Elisabete solicitou que os representantes das instituições levantassem as mãos para a contagem dos presentes, totalizando dezenove instituições. Com isso, informou que já era possível aprovar a ata da reunião anterior, realizada no dia 19/09/2024, a qual todos tiveram a oportunidade de ler e fazer considerações, as quais foram acatadas. Ata aprovada por unanimidade.

### **APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA DE NOVA INSTITUIÇÃO INTERESSADA EM COMPOR O CCPNI**

A Srª Elisabete apresentou a Associação de Moradores da Serra Negra, instituição interessada em integrar o CCPNI, ocupando a vaga da Federação das Associações de Moradores de Resende (FAMAR). Em seguida, solicitou que o representante da Associação se apresentasse e falasse um pouco sobre a entidade.

A Srª Marcella Francelina informou que a Associação de Moradores de Serra Negra existe desde 1998, mas passou por várias fases e esteve desativada desde 2012. Contudo, devido a uma série de acontecimentos, especialmente relacionados ao turismo, foi decidido reativá-la. Destacou que a associação inclui pessoas de todas as idades e gêneros, e que esse momento de retomada tem sido muito positivo, com o apoio de outras associações da região. A Srª Marcella ressaltou a importância da participação da associação neste fórum, pois a maioria do seu bairro está dentro do Parque, e se colocou à disposição. Em seguida, passou a palavra para a Srª Tailana dos Santos presidente da Associação.

A Srª Tailana dos Santos reforçou a fala da Srª Marcella, afirmando que a Associação havia sido retomada recentemente. Destacou a importância de fazer parte do conselho, pois, como moradoras dentro do Parque, as questões relacionadas a ele afetam diretamente toda a comunidade.

A Srª Elisabete fez uma observação, destacando que a Associação de Moradores de Serra Negra estava localizada no município de Itamonte, dentro de uma área do Parque Nacional de Itatiaia. Ressaltou a extrema importância dessa associação para que o Parque possa trabalhar diversos aspectos relacionados à interação entre a unidade de conservação e a sociedade civil. Informou que a entrada da associação no Conselho Consultivo estava sendo submetida à votação dos conselheiros titulares e, na ausência destes, aos conselheiros suplentes presentes. Sendo assim, solicitou que os conselheiros que estivessem de acordo com a entrada da Associação de Moradores de Serra Negra levantassem os braços. Foram contabilizadas dezessete instituições a favor. A Srª Elisabete então deu as boas-vindas à Associação de Moradores de Serra Negra.

O Sr. Felipe Mendonça solicitou que os conselheiros presentes se apresentassem à nova Associação de Moradores de Serra Negra. Todos os conselheiros se apresentaram.

### 3 NORMAS SOBRE USO DO PNI PARA TREINAMENTOS MILITARES E GRUPOS ESPECIAIS



O Sr. Leonardo iniciou a discussão sobre a pauta referente às normas para o uso do Parque Nacional de Itatiaia (PNI) por treinamentos militares e grupos especiais. Ele relatou que essa demanda surgiu na última reunião do conselho, quando a Câmara Temática de Montanhismo e Ecoturismo (CTME) solicitou a atualização dessas normas.

O Sr. Leonardo informou que, para tratar do assunto, foi criado um grupo de trabalho dentro da CTME, que realizou três reuniões híbridas, contando com a participação de 20 frequentadores da Câmara Temática. Destacou que o grupo de trabalho era aberto, sem cadeiras fixas, e que os convites foram estendidos ao conselho para integrar a equipe. Durante as reuniões, foram discutidas propostas para a atualização das normas. A equipe técnica do Parque apresentou duas sugestões: uma com diretrizes e outra com as normas propriamente ditas.

#### **DIRETRIZES PARA OS TREINAMENTOS MILITARES E DE GRUPOS ESPECIAIS NO PARQUE NACIONAL DO ITATIAIA**

- A primeira diretriz, discutida amplamente, defende a continuidade dos treinamentos militares no PNI, conforme consenso alcançado no grupo de trabalho.

- Segunda Diretriz: Foi proposta a restrição do número de participantes nos treinamentos diários, com base na capacidade das estruturas de saneamento do Parque, especialmente considerando o impacto gerado pela produção de esgoto durante os treinamentos. O foco é minimizar os impactos nos grupos hospedados dentro do Parque durante os eventos.
- Terceira Diretriz: A eliminação do uso de banheiros químicos no Parque, medida que foi adotada anteriormente devido à falta de infraestrutura adequada de saneamento. Com a instalação de novas estruturas e um sistema robusto de tratamento de esgoto, entende-se que os banheiros químicos hoje causam mais transtornos, como problemas de transporte, manutenção e riscos de contaminação.
- Quarta Diretriz: Manutenção do treinamento exclusivo para atividades de montanhismo e salvamento, conforme as práticas atuais.
- Quinta Diretriz: Proibição de treinamentos com uso de armas, medida que já está em vigor há vários anos.
- Sexta Diretriz: O Alsene não deve ser utilizado como estrutura de apoio aos treinamentos. O Sr. Leonardo explicou que o Alsene, edificação localizada na Parte Alta, tem sido utilizada pelo Parque nos últimos três anos para apoio, especialmente à brigada de incêndio florestais. E que o uso por outras instituições gera transtornos, especialmente durante os treinamentos dos brigadistas.
- Sétima Diretriz: O heliponto do Alsene poderia ser utilizado para base de helicóptero e seu alojamento poderia hospedar a tripulação, devido ao seu pequeno número de membros.
- Oitava Diretriz: Necessidade de melhor alinhamento entre o ICMBio e a concessionária dos eventos autorizados, considerando que a concessionária também tem interface com as instituições no uso das estruturas e na operação dos eventos.
- Nona Diretriz: Especificação mais clara nas normas sobre as restrições ao uso do fogo.
- Décima Diretriz: Caso haja necessidade de abrigos ou outras estruturas de alojamento, como camping, para os treinamentos, este assunto deve ser tratado diretamente com a concessionária, uma vez que essas estruturas estão sob a responsabilidade administrativa da Concessionária Parquetur.
- Décima Primeira Diretriz: Limitação do número de pernoites disponíveis para os treinamentos no Parque;
- Décima Segunda Diretriz: Retirada das estruturas de alojamento nas proximidades do Abrigo Rebouças, por ser uma área considerada mais sensível e interior do Parque, sendo, portanto, uma área mais frágil;
- Décima Terceira Diretriz: Necessidade de fiscalizar e monitorar de forma mais rigorosa o cumprimento das normas, com um acompanhamento próximo das atividades de treinamento. Foi ressaltado que, devido ao grande número de instituições envolvidas, isso exigirá um esforço adicional, mas é entendido que isso deve ser uma;

- Décima Quarta Diretriz: Os comboios de transporte de pessoal para os treinamentos devem ser deslocados para local diferente do atual;
- Décima Quinta Diretriz: Estabelecer outros parâmetros, além da alta temporada de visitação, para definir o período em que não haverá treinamentos. A questão climática deve ser um dos principais fatores a serem considerados, pois exerce grande influência sobre a definição desses períodos, além da própria visitação.
- Décima Sexta Diretriz: O regramento para os treinamentos deverá ser desvinculado do PROV (Protocolo Operacional de Visitação), pois este não é o documento mais adequado para regulamentar essas atividades, conforme estabelecido pela portaria que define os protocolos de visitação, e essas atividades já têm respaldo no Plano de Manejo do Parque.
- Décima Sétima Diretriz: Estabelecer uma quarentena para os exercícios militares, até que novas regras sejam definidas. O Sr. Leonardo informou que não há mais treinamentos militares no Parque desde novembro de 2024 e não há nenhum previsto para o ano de 2025 até o momento.
- Décima Oitava Diretriz: Limitação do número de participantes nos treinamentos, uma vez que atualmente não há nenhum limite estabelecido para o número de pessoas envolvidas.
- Décima Nona Diretriz: Criação de um protocolo de monitoramento dos impactos gerados pelas organizações militares e grupos especiais durante os treinamentos, com o objetivo de avaliar e mitigar os efeitos dessas atividades no Parque.

O Sr Leonardo Cândido relatou que na reunião do CTME foi apresentada algumas propostas de mudanças nas normas, que incluía diversos itens. Devido à quantidade de itens, não seria possível lê-los todos na reunião, ele informou que ia apresentar apenas as mudanças mais relevantes para dar uma ideia geral aos presentes.

### **Proposta de atualização da Norma de uso do PNI por Organizações Militares de Grupos Especiais**

#### Primeiro item – Objetivo

Não houve modificações, permanecendo as regras anteriores.

#### Segundo item - Modificações nas datas e no modo de solicitação de treinamentos

- Mudanças nas datas: As reuniões para o segundo semestre terão novas datas, com treinamento restringido aos meses de abril e maio, exceto aos finais de semana e feriados. O mês de junho não será mais permitido para treinamentos.
- **Solicitação de treinamentos:** A solicitação oficial para treinamentos deverá ser feita pela plataforma oficial do Governo Federal, ao invés de pôr ofício.
- Período de treinamento:
  - Para as Organizações Militares (OM) e Grupos Especiais (GE), os treinamentos serão restritos aos meses de abril e maio.

- De 15 de agosto a 30 de setembro, será permitido treinamento exclusivamente para grupamentos de militares e civis do Governo.
- Nos outros meses, os treinamentos serão suspensos devido ao período de chuvas.

#### Terceiro item - Atividades permitidas

Não houve modificações significativas, permanecendo as atividades permitidas:

- Escalada em via,
- Marcha nas trilhas,
- Treinamento de busca e resgate em áreas remotas.

A realização de "exercícios táticos", típicos das ações militares, permanece proibida. Em caso de grandes volumes de chuva acumulada, o PNI poderá modificar o treinamento. Além disso, deve ser respeitado o limite máximo diário de pessoas nos atrativos.

#### Quarto item - Atividades proibidas/restritas

Não houve modificações significativas, mantendo as proibições já existentes, incluindo:

- Proibição do uso de armas de fogo (apenas armas de porte como pistolas e revólveres são permitidas),
- Proibição de explosivos e artifícios pirotécnicos,
- Proibição de utilização da Represa do Abrigo Rebouças devido à erosão nas bordas,
- Proibição de alterar as vias de escalada (retirar ou colocar proteções fixas, ancoragens, grampos etc.),
- Proibição de movimentar pedras, sair das trilhas ou criar atalhos,
- Proibição de manifestações ruidosas e a manutenção do horário de silêncio noturno,
- Proibição de instalação de iluminação aberta, permitindo apenas nas áreas fechadas para evitar impactos na fauna,
- Restrição das atividades ao redor da Pedra do Raio devido a pesquisas científicas em andamento,
- Uso de fogões ou fogareiros somente nas instalações autorizadas para cozinha, com proibição de atividades de sobrevivência que envolvam caça, corte de vegetação ou fogueiras.

#### Quinto item - Montagem das instalações – modificações relevantes

O Sr. Leonardo informou que, no grupo de trabalho, não houve consenso sobre a montagem das instalações, havendo três linhas divergentes. A questão foi levada à Câmara Temática, mas também não houve conclusão. Como resultado, a questão estava sendo levada ao Conselho para deliberação.

Os principais pontos discutidos incluem:

- Os treinamentos devem respeitar os limites diários de pessoas nos atrativos e nas travessias, com avaliação caso a caso dos locais de pernoite em Visconde de Mauá e na parte baixa.
- A hospedagem na parte alta poderá ocorrer em estruturas existentes (abrigos e camping), desde que a organização negocie diretamente com a concessionária.

- Caso seja necessário mais espaço, estruturas extras poderão ser montadas ao redor do camping principal, respeitando as diretrizes de distanciamento do Abrigo Rebouças, com capacidade máxima de 120 pessoas.
- A estação de tratamento de esgoto do camping novo tem capacidade para 140 pessoas/dia, sobrando 20 vagas para a concessionária, que poderá ser utilizada caso haja acordo entre as partes.
- Caso a organização militar ou grupo especial precise de instalações para preparação de alimentação, será obrigatório instalar uma cozinha de campanha.
- Os banheiros e vestiários do camping novo poderão ser utilizados pela organização em treinamento.

O Sr. Leonardo informou que as demais normas sobre a montagem das instalações já existiam, sendo apenas reiteradas, com a modificação específica de que, quando integrantes da OM/GE estiverem hospedados no abrigo Rebouças, podem ser instaladas barracas para armazenamento de equipamentos nos gramados ao redor, em local acordado com a gestão do PNI, não podendo ocorrer hospedagem nessas estruturas, a fim de não agravar o sistema de saneamento do local.

#### Sexto item - Uso de viaturas - **modificações relevantes**

O Sr. Leonardo apresentou as principais mudanças destacadas a seguir:

- A nova norma determina que somente veículos leves poderão trafegar entre o Posto Marcão e o Abrigo Rebouças. Na norma anterior, era permitido o transporte de caminhões para refeições, estruturas e limpeza das fossas, mas agora o uso de caminhões será permitido apenas para a limpeza das fossas sanitárias.
- Outra proposta apresentada era permitir que apenas um caminhão de carga se desloque até as proximidades do Posto Marcão para embarque e desembarque de estruturas, sem que o caminhão permaneça estacionado no local.
- Que os comboios de veículos pesados destinados ao transporte de pessoal deverão se deslocar somente até o Brejo da Lapa, localizado no km 09 da Rodovia das Flores.
- Para grupos menores, que se deslocarem em veículos pequenos, as normas anteriores (itens 6.1, 6.2 e 6.3) continuarão a ser seguidas.
- Grupos de até 50 pessoas poderão se deslocar de ônibus até o Posto Marcão, com a condição de que o ônibus possa ficar estacionado no local, desde que a permanência seja de no máximo um dia.

#### Sétimo item - Gestão da Cozinha, Resíduos da Cozinha e Lixos

- Não houve modificações relevantes neste item. As Normas anteriores sobre a gestão da cozinha, resíduos e lixo foram mantidas sem alterações.

Oitavo item - Uso dos Banheiros e Tratamento dos Excrementos

Foram feitas modificações relevantes neste item:

- Proibição de banheiros químicos ou estruturas semelhantes: As Organizações Militares (OM) e grupos especiais (GE) não poderão instalar ou utilizar banheiros químicos ou estruturas semelhantes dentro do PNI.
- Uso de banheiros das estruturas existentes: As organizações deverão utilizar os banheiros das estruturas já existentes no local, cumprindo as normas de uso e de saneamento vigentes.

Nono item - Obrigações das OM/GE

Além de várias regras mantida, foram discutidas algumas mudanças importantes:

- As Organizações Militares (OM) e grupos especiais (GE) deverão ser acompanhados tanto na chegada quanto na saída. Durante esses momentos, será necessário fornecer instruções, fazer o acompanhamento e realizar verificações das estruturas que serão utilizadas.
- Ao solicitar autorização para a realização de exercícios, as OM/GE deverão apresentar, previamente para aprovação, um plano de prevenção e de atuação em caso de emergências ambientais e incêndios florestais, caso estejam envolvidos em tais situações.

Décimo Item – Obrigações da Administração do PNI e da Concessionária – Não houve modificações relevantes, a Normas anteriores foram mantidas sem alterações.

O Sr. Leonardo finalizou sua fala relatando que as mudanças sugeridas pelo grupo de trabalho nas Normas de Uso do PNI por Organizações Militares e Grupos Especiais, haviam sido apresentadas ao conselho para que este definisse como as novas diretrizes seriam implementadas e conduzidas.

O Coronel Edson Tito, representando a Academia Militar das Agulhas Negras e o Exército Brasileiro, destacou a importância do Parque para a Academia e para o Exército, ressaltando que a presença militar na região remonta à década de 1920, com a inauguração do antigo sanatório militar (CRI) e das instalações da Academia, que foram iniciadas em 1938 e inauguradas em 1944. Mencionou que, nas décadas de 1930, ocorreram as primeiras movimentações militares na região das Agulhas Negras. Informou que os exercícios realizados na SIESP de Montanha, voltados para a formação de oficiais, datam de 1957, com mais de 70 anos de tradição, e envolvem técnicas de escalada e operação em ambiente montanhoso.

O Coronel enfatizou que a formação de oficiais do Exército é uma das atividades mais importantes e dispendiosas da força terrestre. A formação de recursos humanos, que são moldados para instruir e formar novas gerações nas tropas e outras estruturas, é essencial para a continuidade e eficácia da força armada.

O Coronel Edson Tito destacou que a Academia Militar das Agulhas Negras e o Exército Brasileiro estão inseridos dentro da Estratégia Nacional de Defesa, a qual inclui, também, a proteção ambiental. Ressaltou que tanto a preparação e o emprego das forças armadas quanto a preservação ambiental são componentes essenciais dessa estratégia, sendo ambos de grande importância. Explicou que o nome "Agulhas Negras" não é aleatório, pois reflete a estreita ligação da Academia com a Montanha e o Parque. Essa parceria teve início com a instalação da antiga Escola Militar de Resende, em 1951, e continua a ser de grande relevância para a Academia até os dias de hoje.

O Coronel enfatizou que a Academia deseja participar ativamente da colaboração com o Parque. No entanto, ressaltou a importância de que o Parque também forneça o suporte necessário para que a Academia possa conduzir adequadamente a formação dos oficiais. O Coronel Edson Tito explicou que, ao se falar sobre os exercícios da Academia, pode-se imaginar algo pontual, mas, na realidade, a formação de um oficial do Exército é um processo complexo e meticulosamente planejado. A carga horária total de formação é de aproximadamente 10.500 horas, com uma rotina diária das 6h40 às 22h, além de mais de 16 exercícios interinos anuais e 16 semanas em campo. Tudo isso é rigorosamente estruturado no Plano Geral de Ensino (PGE), aprovado pelo Comando do Exército. O Coronel destacou que essas atividades impactam diretamente diversas áreas, incluindo a alocação de horas de voo e o uso de meios aéreos empregados nos exercícios, como o da SIESP. Ressaltou que esses recursos influenciam diretamente o orçamento e o planejamento anual, coordenados pelo Comando de Operações Terrestres em Brasília. Por fim, sublinhou que todas as atividades realizadas na Academia refletem diretamente no funcionamento das Forças Terrestres e no Ministério da Defesa.

Ressaltou ainda, que os treinamentos na AMAN são realizados em um período de duas semanas por ano, totalizando 10 dias. Ele enfatizou que o impacto dessas atividades, embora claramente presente, precisa ser tecnicamente mensurado para permitir a adoção de medidas corretivas que possam mitigar ou evitar possíveis danos. Explicou que, para o exercício de 2025, a AMAN propôs a redução do efetivo de participantes dentro dos limites viáveis, de forma a não comprometer a execução do treinamento. Além disso, sugeriu uma diminuição na utilização da cauda logística que sustenta o exercício. No entanto, ele afirmou que não seria possível atingir os números sugeridos na proposta atual, que ainda careciam de consenso, mas que, caso mantidos, poderiam inviabilizar a realização do exercício.

O Coronel Edson Tito pediu uma sensibilização do Conselho para que a AMAN tivesse um tratamento diferenciado na aplicação das novas normas, com a criação de um capítulo específico para tratar das necessidades da Academia. Ele solicitou que a discussão fosse conduzida de maneira a viabilizar os exercícios, ao mesmo tempo que atendesse de forma adequada as necessidades do Parque e reforçou que a AMAN deseja continuar colaborando com o Parque, especialmente nas questões de manutenção e proteção, oferecendo todo o suporte que for possível. A AMAN está comprometida em manter sua parceria com o Parque, de forma a contribuir com a preservação e gestão.

O Coronel explicou que o tema está sendo tratado em nível de comando do Exército, em colaboração com o Ministério da Defesa e com a participação do Ministério Público. Que a questão foi também encaminhada à Advocacia Geral da União (AGU), por meio da consultoria jurídica do Exército, órgão responsável por assuntos de interesse do Exército Brasileiro. Relatou que a AMAN está buscando resolver a situação de forma administrativa,

evitando que o caso seja escalado para a Câmara Temática da AGU ou que necessite de uma intervenção do governo federal.

Por fim, enfatizou que a AMAN não considera necessário levar a questão para os níveis mais elevados do governo, pois acredita que a AMAN e o Exército têm uma parceria sólida com o Parque e o ICMBio, com um relacionamento estreito de apoio mútuo. A AMAN deseja continuar ajudando o Parque, sem comprometer a execução de sua missão essencial, que é a formação dos oficiais, fundamental para o país.

O Sr. Felipe explicou que a discussão sobre as novas normas foi motivada pelo incêndio ocorrido em junho na parte alta do Parque. No Plano de Manejo, é mencionado que essas normas precisam ser discutidas na Câmara Temática de Montanhismo e Ecoturismo (CTME) e, posteriormente, apresentadas ao Conselho. Durante os trabalhos da câmara, ficou claro, pela apresentação do Sr. Leonardo, que houve tanto consenso quanto dissenso em relação às novas normas propostas. E que após a primeira reunião, a AMAN propôs ao Parque um ordenamento para o ano de 2025, destacando que, para implementar uma mudança profunda, seria necessário um período de adaptação. A AMAN ressaltou a questão logística e burocrática envolvida para viabilizar a transição e execução dos treinamentos de um ano para o outro.

O Sr. Felipe relatou que a AMAN enviou um ofício propondo atender a várias das diretrizes estabelecidas, cumprindo integralmente algumas, parcialmente outras, e não atendendo a algumas demandas. E que esse o ofício, do qual poderia ser disponibilizado a todos, demonstrou uma proatividade da AMAN em tentar contemplar a questão de forma ampla, o que foi reconhecido e poderá ser disponibilizado a todos. Que, em sequência, o Parque realizou uma reunião com a Gerência Geral do ICMBio no estado do Rio de Janeiro para discutir as implicações das novas normas e os treinamentos programados. Como resultado, chegou-se a um acordo preliminar para os treinamentos previstos para 2025, levando em consideração todas as discussões realizadas. Foi ressaltado que os detalhes ainda seriam amadurecidos ao longo do ano e posteriormente trazidos ao Conselho.

O Sr. Felipe ressaltou a importância histórica da AMAN no Parque, reconhecendo todo o apoio da Academia, especialmente nos episódios de incêndio, e destacando a relação próxima e colaborativa com a AMAN ao longo dos anos. No entanto, ele também enfatizou que esse treinamento em grande escala traz impactos significativos para o Parque. Afirmou que é necessário criar um entendimento conjunto, para avaliar até onde é possível admitir tais impactos sem comprometer a integridade do Parque. Ele destacou a importância de mensurar e monitorar esses impactos, para que os treinamentos possam continuar com o menor impacto

O Sr. Felipe informou que as próximas datas para os treinamentos estão previstas para 19 a 30 de maio, com um contingente reduzido de 15 a 20%. O estacionamento do comboio será no Brejo da Lapa e os cadetes desembarcarão, seguindo em marcha até o Parque. Durante o período, não será permitido qualquer tipo de cozimento no local, e os alojamentos serão próximos ao Posto Marcão. O Abrigo Rebouças será reservado para a acomodação de cadetes, com 10 pessoas acampando em barracas logísticas ao redor dele, nas barracas de cordas, comunicação e saúde. Que o Alsene será utilizado exclusivamente para helipontos, e serão instalados 9 banheiros químicos perto do Posto Marcão e 6 próximos ao Abrigo Rebouças. O Sr. Felipe também lembrou que o novo camping será inaugurado

em breve e que haverá também um plano de atendimento a emergência, presença de uma equipe de combate a incêndios.

Informou que o planejamento apresentado corresponde aos treinamentos programados para o ano de 2025. O Coronel Edson anunciou que uma equipe de vistoria será disponibilizada para acompanhar as atividades do Parque antes, durante e após os exercícios, ressaltando que todos os exercícios que não fizerem parte do treinamento serão suspensos. O Sr. Felipe também informou que as atividades de escalada acadêmica, que envolvem cerca de 100 pessoas, e as atividades dos cadetes do Equador estão suspensas.

O Conselheiro representante do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Sr. Leandro Freitas, questionou sobre o significado da redução de 15 a 20% no número de pessoas, comparado ao total de 120 pessoas inicialmente propostas. O Capitão Lucas Rangel esclareceu que essa redução corresponderia a aproximadamente 320 pessoas, de um total de 400 previstas.

O Conselheiro representante da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Sr. Renato Rodrigues Cabral Ramos, questionou sobre a capacidade de suporte da área sensível dentro do Parque Nacional, especificamente a Parte Alta. O Sr. Renato disse que, em sua opinião, o recente incêndio causado pelo exercício militar representa uma oportunidade histórica para repensar essa questão. Ele destacou que não estava ali para pedir a interrupção dos exercícios militares, mas para reforçar que não deveria ser o Parque Nacional a se adaptar ao Exército Brasileiro, e sim o Exército a adaptar suas atividades às necessidades do Parque.

O Sr. Renato Rodrigues Cabral Ramos expressou que, a seu ver, estava ocorrendo um processo de transição que precisava ser cuidadosamente pensado. Destacou que, em um processo de transição, era essencial que todos tivessem uma compreensão clara dos impactos das operações de treinamento, uma vez que até o momento esses impactos eram apenas parcialmente conhecidos. Ele sugeriu que esse processo de transição deveria finalmente resultar em um conhecimento real dos impactos das atividades militares que ocorrem no Parque desde 1957. Para o Conselheiro, após essa avaliação, seria possível que o contingente militar fosse reduzido ainda mais, pois, como já havia mencionado, era o Exército que precisava se adaptar às necessidades do Parque Nacional.

O Sr. Renato Rodrigues Cabral Ramos concluiu sua fala sugerindo que o ICMBio e a concessionária aproveitassem o próximo exercício previsto para maio para convocar especialistas e realizar estudos sobre a capacidade de suporte da área, focando nos impactos e riscos dessas atividades. Ressaltou que, embora os riscos já fossem conhecidos ao longo dos anos, os impactos ainda são pouco compreendidos. O Sr. Renato questionou se o regulamento anterior estava sendo cumprido. O Sr. Felipe, confirmou que sim.

### **FALA DA DOUTORA IZABELLA MARINHO BRAND – PROCURADORA DA REPÚBLICA**

A Doutora Izabella iniciou sua fala ressaltando que o Ministério Público tem atuado desde o início do incêndio, tanto nas esferas civil quanto criminal. Informou que o Ministério Público está conduzindo um inquérito policial e um procedimento de inquérito civil sobre o ocorrido. A AMAN, segundo a procuradora, esteve presente desde o início, reconhecendo o incidente e se dispondo a encontrar uma solução consensual.

Ela explicou que a atuação do Ministério Público se baseia na coleta de informações técnicas e laudos das instituições envolvidas, visando formar uma base sólida para buscar uma solução por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Destacou que o objetivo é manter um diálogo contínuo e construtivo entre as partes, com foco em uma solução consensual, e que este trabalho inicial tem se direcionado a esse fim. Relatou que, além das ações nas esferas civil e criminal, há também uma repercussão na esfera administrativa, conduzida pelo ICMBio. Ela ressaltou que o diálogo entre as partes está em andamento e parabenizou o trabalho inicial da Câmara Temática, destacando que essa abordagem técnica seria uma parte obrigatória no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

A procuradora também expressou que considera o ano de 2025 uma oportunidade ideal para que esse período seja utilizado como um "laboratório", no qual se possam identificar tecnicamente os impactos dos exercícios militares e, a partir disso, determinar as medidas de mitigação necessárias. Ela enfatizou a importância de distinguir entre impactos razoáveis e aqueles que não são aceitáveis. Explicou que sua fala tinha o objetivo de expor como o Ministério Público vem trabalhando no caso, com base nos deslocamentos e dados fornecidos pelo ICMBio e pela AMAN. A Procuradora também mencionou que o Ministério Público possui peritos próprios que podem ser utilizados, e que as universidades poderiam contribuir nesse processo, se necessário.

Por fim, Doutora Izabella ressaltou que aproveitou a oportunidade para compartilhar as ações do Ministério Público, já que havia diversos representantes da sociedade civil presentes na reunião.

O conselheiro Waldecy Mathias, representante da Federação de Esportes de Montanha do Estado do Rio de Janeiro (FEMERJ), manifestou sua opinião sobre os treinamentos da AMAN. Embora reconhecesse que o incêndio tenha sido uma tragédia, ele considerou que a AMAN, como instituição conselheira, não deve interromper os treinamentos.

Ele sugeriu que o foco agora deve ser o monitoramento das próximas atividades. Ressaltou que a Federação e as demais partes envolvidas estarão mais atentas, e que o ideal seria caminhar juntos, com um diálogo contínuo. Caso algum problema volte a ocorrer, será necessário discutir e buscar soluções adequadas.

Além disso, o Sr. Waldecy Mathias fez questão de lembrar que existem outras instituições que fazem atividades no Parque, como o BOPE, do qual tem uma Lei Estadual que permite que eles entrem armados no Parque, e que seria importante estabelecer comunicação com essas instituições também para um melhor planejamento e acompanhamento.

O Sr. Eduardo Cotrim, coordenador da Câmara Temática de Montanhismo e Ecoturismo (CTME) há 9 anos, fez uma breve apresentação aos novos conselheiros. Ele informou que a maior parte das normas e atualizações discutidas nas reuniões sempre ocorreram por meio de um processo de tentativa e erro, ou seja, à medida que surgiam problemas, as soluções eram ajustadas.

Em relação ao caso específico do fogareiro, o Sr. Eduardo Cotrim mencionou que como o professor já havia falado, o ano de 2025 representaria uma grande oportunidade para avaliar, de forma mais técnica, o que realmente funciona e o que não funciona. A ideia seria trabalhar essas questões com mais calma e de forma planejada, realizando os ajustes necessários.

O Sr. Eduardo Cotrim fez questão de esclarecer que, embora não estivesse sugerindo que a AMAN interrompesse seus treinamentos, ele acreditava que o Parque não deveria se adaptar totalmente às necessidades da AMAN. Para ele, a AMAN também deveria se adaptar às características e exigências do Parque Nacional.

### **ENCAMINHAMENTO:**

O Sr. Felipe informou sobre os próximos encaminhamentos. Ele explicou que o Parque irá comunicar as demais instituições militares sobre os ajustes discutidos e informados durante a reunião. Além disso, destacou que, tradicionalmente, uma reunião de planejamento do calendário de atividades para o ano seguinte ocorre todo mês de setembro com a participação de todas as instituições militares. No entanto, devido às discussões em andamento, o Parque não avançou com essa reunião em 2024.

Dessa forma, o Parque Nacional enviará o comunicado às instituições militares e agendará essa reunião para o mês de janeiro de 2025. O Sr. Felipe ressaltou que qualquer decisão ou ajuste adotado para a AMAN será igualmente aplicado a todas as outras instituições. E que ao longo de 2025, o Parque continuará o processo de amadurecimento das normativas, com base em monitoramento contínuo, para consolidar o novo conjunto de regras e diretrizes.

### **HISTÓRIA DO MIRANTE DO ÚLTIMO ADEUS**



O Sr. Fábio Gandra, conselheiro representante do 23º Grupamento de Bombeiros Militar – CBMERJ, informou que, durante a última reunião do Conselho, foi incumbido de redigir uma moção de repúdio à instalação de uma tirolesa no Mirante do Último Adeus. Ele destacou que, após discussões, havia se chegado à conclusão de que muitas opiniões eram contrárias à proposta de instalação da tirolesa no local.

Dessa forma, uma moção foi sugerida e já estava pronta para ser apresentada. No entanto, antes de apresentar o conteúdo da moção, o Sr. Fábio considerou importante oferecer uma explicação sobre a importância histórica e cultural do Mirante do Último Adeus. Ele fez uma breve apresentação com imagens sobre o local, explicando seu valor tanto para o Parque Nacional quanto para os visitantes.

O Sr. Fábio ressaltou que todas as fotos apresentadas, incluindo as de pássaros e borboletas, foram tiradas diretamente do Mirante.

Em sua fala final, o Sr. Fábio enfatizou que o Mirante do Último Adeus é atualmente um atrativo consolidado e preferido pelos visitantes, que param para apreciar a paisagem e registrar a beleza do Parque Nacional. Ele alertou que o local está sob ameaça de mercantilização, caso seja permitida a instalação da tirolesa, o que, em sua opinião, comprometeria a essência contemplativa e preservacionista do espaço.

Ele afirmou que a instalação de um equipamento destinado ao consumo comercial e entretenimento representaria uma perda da identidade original do Mirante, desfigurando sua imagem e desrespeitando o patrimônio imaterial, a memória da terra e a preservação natural do local. Para ele, o Mirante do Último Adeus precisa de melhorias em acessibilidade, como a instalação de uma rampa, para garantir uma visita plena e democrática, e não de um equipamento de diversão comercial exclusivo para aqueles que podem pagar.

A Conselheira Sr<sup>a</sup> Adriana Fontes, representante da Associação dos Amigos do Itatiaia (AAI), iniciou sua fala complementando a apresentação do Sr. Fábio Gandra sobre o Mirante do Último Adeus. Ela destacou a relevância histórica do local, mencionando que as vias de acesso ao local foram abertas pela família Spaner, que chegou ao Parque em 1915, e pela família Zikan, que chegaram em 1923.

A Conselheira também informou que a AAI, fundada em 1951, pagou, em 1976, um estudo de viabilidade para um ordenamento mais adequado do Mirante do Último Adeus. Ela compartilhou que possuía um documento original, contendo a ata e as decisões relacionadas ao valor pago pela associação e ao projeto elaborado pelo arquiteto Levi Menezes, um importante profissional da área.

A Sr<sup>a</sup> Adriana afirmou que a AAI, em consonância com o posicionamento do Sr. Fábio Gandra, também é contrária à instalação da tirolesa no Mirante do Último Adeus, principalmente em razão de sua história. Ela informou ainda que o representante da AAI assinará a moção de repúdio à instalação da tirolesa e disponibilizou o documento original para consulta de todos os presentes na reunião.

## **FLUXO DE VISITAÇÃO NA COCHOEIRA DO ESCORREGA**

O Conselheiro Ary Zonis, representante da Associação Turística e Comercial da Região de Visconde de Mauá (MAUATUR), iniciou sua fala destacando que a Cachoeira do Escorrega é um importante ícone turístico de Visconde de Mauá, sendo uma das mais visitadas do Rio de Janeiro e do Sudeste. Relatou que, nos finais de semana e feriados, o trânsito entre a Praça do Maromba e a Cachoeira do Escorrega torna-se caótico, com engarrafamentos nas proximidades das cachoeiras Vêu de Noiva, Poção de Sete Metros e Sertânia. Esses engarrafamentos frequentemente geram conflitos, dificultando a circulação de turistas, moradores e viaturas de emergência, podendo até resultar em óbitos.

O Sr. Ary sugeriu que a solução para o problema depende exclusivamente da vontade política do poder público e não geraria custos, podendo até gerar receita para prefeituras e moradores. Propôs a proibição do trânsito no horário de pico (10h às 16h), além da criação de bolsões de estacionamento antes do trecho crítico e a autorização para veículos como vans e kombis realizarem o transporte entre o Maromba e a cachoeira, atendendo tanto turistas quanto moradores sem veículos próprios.

O Conselheiro ressaltou que seriam cobrados impostos e taxas para a implementação dos estacionamentos e o cadastro dos veículos dos moradores, com fiscalização pela guarda municipal. As pousadas também forneceriam autorizações aos turistas hospedados.

Finalizou sua fala alertando que a situação tende a se agravar com a chegada do final de ano e a alta temporada, e que, apesar de ser um problema antigo, pouco tem sido feito para solucioná-lo.

O Sr. Leonardo Cândido perguntou ao Sr. Ary Zonis que tipo de apoio ele esperava do Conselho. O Sr. Ary respondeu que espera apoio junto à Prefeitura de Itatiaia, pois já tentaram diversas vezes, sem sucesso, resolver a situação.

O Sr. Leonardo informou que o prefeito eleito, Sr. Kaio, havia visitado o Parque e, em conversa, o tema do trânsito na região foi abordado. Contudo, a conversa ainda fora superficial. Leonardo destacou que acredita que internamente o assunto é muito importante para o Parque, uma vez que a Cachoeira do Escorrega está dentro de sua área. E que a criação de estacionamentos e alças de acesso podem ser opções viáveis, enfatizando o interesse do Parque no assunto.

O Sr. Felipe reforçou a fala do Sr. Leonardo sobre a vinda do prefeito Kaio ao Parque, mencionando que, durante a visita, diversos assuntos foram discutidos, incluindo o tema do trânsito em Visconde de Mauá. Embora o problema do trânsito ainda não tenha sido solucionado, o sr. Felipe expressou satisfação com as melhorias realizadas nas trilhas da Cachoeira do Escorrega e na Cachoeira dos Macacos, e nas estruturas. Observou que o trânsito impacta não apenas o fluxo turístico, mas também a conservação da biodiversidade da região.

O Sr. Felipe pediu ao Sr. Ary Zonis que encaminhasse a documentação de proposição de ordenamento para o Parque, acreditando que, juntos, poderiam ser mais proativos, junto a prefeitura, para encontrar uma solução que comporte o atual número de visitantes. Solicitou também que a documentação fosse enviada à Prefeitura de Itatiaia.

A Conselheira Adriana Fontes destacou a importância do envolvimento do Parque na questão do trânsito em Visconde de Mauá, uma vez que a Cachoeira do Escorrega faz parte de um atrativo do Parque. Ela enfatizou que esse atrativo irá atrair um número ainda maior de turistas para a região e que era essencial que o Parque se envolvesse no direcionamento dessa demanda, em parceria com a MAUATUR. A Srª Adriana ressaltou que, com os esforços de divulgação e ações realizadas pela concessionária Parquetur, o número de visitantes certamente aumentará.

O Conselheiro Marcelo Jimenez, representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Itatiaia - Resende (CDL), informou que estava presente na reunião representando a CDL, mas que havia sido convidado pelo prefeito eleito Kaio para assumir o cargo de Secretário de Turismo. O Sr. Marcelo destacou que não estava participando da reunião como secretário, mas já levaria o assunto discutido para o prefeito. Ressaltou que, embora assumir o turismo fosse um desafio grande, com 23 anos de experiência na área, ele acreditava ser possível realizar ações em conjunto. Afirmou que as prioridades no turismo eram muitas, mas que estava confiante de que seria possível trabalhar em parceria com o Parque Nacional de Itatiaia (PNI), mesmo sabendo que o início da gestão coincidiria com a alta temporada. Marcelo finalizou dizendo que levaria o assunto ao prefeito Kaio.

A Srª Soraya Martins relatou sua participação ativa no processo de licenciamento da pavimentação da estrada Parque, que liga Capelinha a Visconde de Mauá. Soraya se lembrou de que um dos principais riscos apontados naquele processo era a superlotação dos bairros locais, o que deveria ser enfrentado através de compensação ambiental e mitigação. Ela defendeu a necessidade de retomar essa pauta e revisar o processo de mitigação, uma vez que algumas medidas compensatórias previstas no licenciamento não foram devidamente cumpridas.

A Srª Soraya também alertou contra a possível adoção de pedágio como uma medida de redução de danos, já que, na época, houve um movimento local que considerava essa solução viável. Ela enfatizou que qualquer medida que se adote deve considerar que a restrição baseada no poder aquisitivo nunca será uma boa opção.

## 4 - INFORMES GERAIS:

### APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA CRIAÇÃO DO MONA PELA

#### SRª ADRIANA FONTES

A Sra. Adriana iniciou sua fala esclarecendo que a proposta de Lei referente ao MONA não era nova, tendo sido apresentada anteriormente em 2006, 2009 e agora em 2024. Relatou que a SOS Mata Atlântica enviou uma nota aos deputados com informações falsas na sua fala, baseadas em umas notas técnicas do ICMBio, que citava a extinção dos núcleos Colonial de Visconde de Mauá em 1916, e o Núcleo Colonial de Itatiaia 1914 com a transferência da totalidade das terras para o Jardim Botânico. A Sra. Adriana informou que no texto da SOSMA o ICMBio menciona que a há somente 70 propriedades a serem desapropriadas e menos de 5% são de famílias centenárias.

Em continuidade, a Sra. Adriana apresentou um histórico informando que no final do século 19, a criação de 20 núcleos agrícolas federais. Ela relatou que o governo federal enviou uma carta ao filho de Visconde de Mauá para a aquisição de uma área de 19.784ha, já antropizada pela produção de carvão, onde, em 1908, foram criados dois núcleos coloniais agrícolas.

A Sra. Adriana apresentou o mapa da área e falou da criação de dois núcleos, um com 2.148 hectares em Itatiaia e outro com 5.942 hectares em Visconde de Mauá, e citou um decreto nº 9081 de 1911 que regulamentava o serviço de povoamento. Ela leu o artigo 227, que tratava da emancipação dos núcleos coloniais, esclarecendo que a emancipação ocorrerá quando os títulos definitivos de propriedade fossem expedidos para os colonos proprietários, ou antes, se conveniente. Sra. Adriana, na sua fala, diz que em 1916, os dois núcleos foram emancipados e não extintos, como escrito nas notas técnicas do ICMBio e a carta da SOSMA. Adriana apresentou título definitivo de propriedade do lote 90 de um colono e a transferência para a família Simon em 1923. Adriana fala ainda que todos os documentos apresentados são oficiais, alguns do Jardim Botânico e outros do site do Governo Federal.

A Sra. Adriana falou sobre a criação da Reserva Florestal em 1914, na área que restou após a formação dos dois núcleos agrícolas, e fez a leitura de um trecho de uma carta escrita pelo Sr. Paulo Campos Porto — naturalista e pesquisador do Jardim Botânico — publicada no jornal Natureza, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), edição de 1987. Na carta, ele destacava a necessidade de criar um parque nacional na parte superior da montanha, entre a ponte da Maromba e o alto do Itatiaia, sem prejuízo para a Colônia.

Em seguida, Adriana deu continuidade à apresentação com slides contendo imagens da época, mostrando imóveis e mapas das áreas pertencentes aos núcleos coloniais. Ela apresentou o histórico da chegada das famílias que vieram após os primeiros colonos, como a família Spanner, que chegou em 1915, e as famílias Zikan, Simon e Donati,

por volta de 1923. Também mencionou a inauguração do Hotel Simon e do Hotel Repouso (Donati), ambos em 1931.

Segundo Sra. Adriana, ela trouxe informações sobre a criação da Estação Biológica de Itatiaia, em 1929, na mesma área de 11.943 ha da Reserva Florestal, considerando esse ato como a primeira recategorização do Brasil. Logo depois, apresentou a criação do Parque Nacional de Itatiaia, nos mesmos limites da antiga Estação Biológica, e o mapa oficial com os limites definidos dos Núcleos Coloniais de Itatiaia e Visconde de Mauá. Leu ainda parte do texto do decreto de criação do PNI, demonstrando que o Núcleo Colonial de Itatiaia não estava incluído nos limites do Parque em 1937, chamando novamente a atenção para o que está descrito nas notas técnicas e na carta da SOSMA.

A Sra. Adriana também apresentou o mapa que o ICMBio utiliza nas ações judiciais, inclusive no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado com o Ministério Público, como sendo o mapa oficial do PNI. Nesse mapa, ela compreende que os núcleos coloniais de Itatiaia e Visconde de Mauá estariam incluídos nos limites do Parque Nacional de Itatiaia em 1937, o que faria com que sua área total não fosse de 11.943 ha, e sim de 19.874 ha.

De acordo com a fala da Sra. Adriana, ela mencionou um decreto expedido em 1938 pelo Governo Federal, que declarou de utilidade pública alguns lotes que fariam a ligação entre o Parque Nacional de 1937 e sua sede. Comentou também sobre o estudo técnico para ampliação, realizado em 1982, que desqualificou a área do ex-Núcleo Colonial de Itatiaia devido à grande quantidade de propriedades particulares, concluindo que a área não deveria ser incorporada ao Parque Nacional. Em vez disso, foi proposta a criação de um Parque Natural, de acordo com o Plano do Sistema de Unidade de Conservação do IBDF (1979), embrião do SNUC, equivalente ao que hoje seria como o MONA. É apresentado também o mapa do plano de manejo de 1982 onde fica nítido a separação do ex-NCI do PNI de 1937.

No entendimento da Sra. Adriana, ela citou ainda um mapa apresentado em um grupo de WhatsApp, que plota o limite do MONA e dá a entender que quase toda a área estaria regularizada. Em contraponto, ela apresentou outro mapa do MONAI, no qual constam todas as propriedades particulares ainda inseridas nos limites do PNI. Por fim, destacou que, segundo o termo aditivo da concessão, as propriedades desapropriadas seriam disponibilizadas para exploração econômica com atividades como hospedagem.

Na fala da Sra. Adriana finalizou sua apresentação afirmando que não trouxe informações específicas sobre o MONAI, pois o objetivo era garantir que a reunião fornecesse informações essenciais sobre a comunidade. Reforçou que a comunidade não deveria ser vista como usurpadora de terras públicas ou invasora, como foi alegado após o arquivamento da proposta do Projeto de Lei.

Ela pediu a todos os presentes que reconsiderassem os julgamentos, esclarecendo, segundo a mesma, que a comunidade é anterior à criação do Parque Nacional de Itatiaia, e que existia um tratamento desigual em relação à AMAN, que tem permissões na parte alta do Parque, enquanto os proprietários da parte baixa são rotulados de invasores.

A Sra. Adriana solicitou que o Conselho revisse a posição de oposição à comunidade considerando as informações apresentadas e que pudessem discutir a proposta de MONA.

## **APRESENTAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO PELO SR. GUSTAVO TOMZINSKI**

O Sr. Gustavo Tomzhinski, relatou que esteve envolvido em boa parte desse processo relativo à proposta de criação do MONA (Monumento Natural), e que iria resumir de forma objetiva as questões técnicas e práticas que embasaram, e ainda embasam, as decisões da equipe técnica do ICMBio sobre o tema.

Explicou que, em 1937, foi criado o primeiro Parque Nacional do Brasil, com objetivos bem definidos, estabelecendo-o como área de pesquisa científica, de uso público e a serviço da sociedade brasileira. No decreto de criação do Parque, ficou claro que os lotes dentro da área do Parque, que haviam sido alienados a particulares, deveriam retornar ao domínio público. E a única forma de o governo realizar esse processo seria por meio da desapropriação e compra dessas áreas.

Relatou que, durante a década de 1950, foram adquiridas as primeiras três áreas dentro do Parque Nacional de Itatiaia, correspondentes a parte do lote 22, parte do lote 24 e o Sítio das Acácias, localizado no lote 90. Além disso, mencionou que, entre as décadas de 1960 a 1990, devido à legislação vigente na época, houve uma grande expansão no processo de loteamento, venda e construção de áreas dentro do Parque.

O Sr. Gustavo Tomzhinski relatou que, em 1982, foi elaborado o primeiro Plano de Manejo do Parque Nacional de Itatiaia. No documento, havia uma proposta que sugeria a remoção de uma área considerada polêmica do Parque, com a intenção de criar um Parque Natural, em moldes semelhantes ao do Monumento Natural. No entanto, essa proposta foi rejeitada pelas instâncias superiores do IBDF na época. No mesmo ano, foi promulgado um decreto que ampliou oficialmente os limites do Parque. Esse decreto detalhou de forma clara as coordenadas geográficas que definem os novos limites, e esse marco legal tem sido a referência utilizada pelos servidores.

Destacou que, em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, a questão ambiental foi significativamente valorizada. A Constituição conferiu ao Ministério Público Federal a responsabilidade de tutelar os bens de interesse coletivo, conhecidos como direitos difusos, entre os quais se incluem o meio ambiente.

Em 1998, foi sancionada a Lei dos Crimes Ambientais, e, em 2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi instituído, alterando o arcabouço legal de proteção ambiental no país.

O Sr. Gustavo também mencionou que, em 2006, a Ministra do Meio Ambiente, Sra. Marina Silva, visitou o Parque Nacional de Itatiaia e determinou que, por ser o primeiro Parque Nacional do Brasil, o Parque deveria ser considerado uma posse de domínio público, a serviço da sociedade, e que sua regularização deveria ser uma prioridade.

O Sr. Gustavo Tomzhinski informou que, em 2008, a Associação de Moradores do Itatiaia propôs novamente a criação do MONA (Monumento Natural), com uma área de aproximadamente 1.900 hectares. Ele lembrou também da fala da Sra. Adriana, que havia mencionado que a proposta havia sido feita em 2006. O Sr. Gustavo indicou que poderia estar equivocado quanto à data citada por ele.

Em 2010, o ICMBio adquiriu as primeiras áreas do parque, e, em 2012, a AAI ingressou com a primeira ação na Justiça Federal para anular o decreto de 1982, com o objetivo de reduzir o parque de 30.000 para aproximadamente 12.000 hectares. Em 2014, a AAI ingressou com uma segunda ação judicial sobre o mesmo tema.

Destacou que, apesar de renovações nos membros do conselho, o assunto sempre foi debatido nas reuniões. Também mencionou que, em 2014, foi publicado o atual plano de manejo, priorizando o uso público e os serviços à sociedade. Além disso, foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público, obrigando o ICMBio a indenizar os proprietários e garantir que o parque seja 100% de domínio público.

Em 2018, a AAI tentou classificar uma área até o atrativo da cachoeira Véu de Noiva como área urbana no plano diretor, mas essa proposta foi considerada ilegal pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal, não tendo seguimento.

O Sr. Gustavo também relatou que, em 2019, a AAI fez uma representação com acusações contra servidores, tanto no Ministério Público quanto na Corregedoria do ICMBio, mas a ação não avançou, pois não havia fundamento fático. O Ministério Público concluiu pela legalidade dos procedimentos adotados para resolver a questão fundiária do parque.

Em 2021, a AAI ingressou com a terceira ação na Justiça Federal para anular o decreto de criação do Parque, e em 2024, propôs um projeto de lei no Congresso Nacional para suprimir 976 hectares e transformar essa área em Monumento Natural.

### **AVANÇOS ALÇANDOS NA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO PARQUE:**

O Sr. Gustavo fez um balanço sobre os avanços na regularização fundiária, destacando que foram regularizadas 66 propriedades, totalizando mais de 3.300 hectares, com um custo aproximado de R\$ 10 milhões. Desses, 21 imóveis, com 186 hectares, estão localizados na área do ex-núcleo, na parte baixa do Parque.

Ressaltou que, embora o Parque não afirme estar 100% regularizado, ele está 60% regularizado, com a incorporação de mais 10% de área no PNI, com investimento abaixo de R\$ 10 milhões. Ele também apresentou o mapa fundiário atual, que mostrava claramente os pequenos lotes regularizados.

O Sr. Gustavo mencionou avanços nas melhorias de uso público no Parque, incluindo melhorias nas estruturas, abertura de novas trilhas e travessias, e a ampliação do acesso a sociedade. Destacou também a concessão de serviços de uso público e a disponibilização de 09 atrativos em áreas regularizadas, são eles:

- Cachoeiras Camapuã e Ipumirim
- Chalé Alpino
- Trilha da Viúva Hansen
- Acesso aos lotes 23 e 25 (antes restrito até a pesquisadores)
- Poço Estrela do Céu
- Cachoeira Itupi

- Trilha dos Colonos
- Casa de Pedra

O Sr. Gustavo ressaltou que, os Parques Nacionais e os Monumentos Naturais não possuem o mesmo nível de proteção, embora pertençam ao grupo de proteção integral, não é verdade dizer que eles têm o mesmo nível de proteção, conforme estabelecido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Explicou que as Estações Ecológicas possuem o nível de proteção mais alto, com restrições severas, enquanto os Refúgios de Vida Silvestre têm o nível mais baixo, permitindo mais flexibilidade.

Destacou que os Parques Nacionais têm um nível de proteção inferior ao das Estações Ecológicas e das Reservas Biológicas, para possibilitar o uso público e o usufruto da sociedade, o que é um objetivo legal, não uma escolha do gestor.

O Sr. Gustavo informou que não leria os objetivos descritos na apresentação, mas ressaltou que os **objetivos de um Parque Nacional** são substancialmente diferentes dos de **um** Monumento Natural (MONA).

Explicou que o ponto central para a **AAI** e para o **Parque Nacional** é a **posse de domínio público**, destacando que há uma razão técnica para essas áreas serem de domínio público.

Essa razão se resume a dois aspectos principais:

- 1 - As áreas precisam estar **disponíveis para a sociedade**, para uso e usufruto coletivo.
- 2 - Elas devem ser preservadas para sempre, garantindo sua conservação a longo prazo.

O Sr. Gustavo mencionou que essa premissa está registrada no portal do primeiro Parque Nacional do mundo.

Ressaltou que o Parque Nacional, ao contrário do Monumento Natural, é uma categoria internacionalmente reconhecida, com legislação e jurisprudência específicas, o que confere a ele um grau de **proteção e reconhecimento muito maior**.

Destacou que, enquanto o MONA permite a permanência de propriedades privadas, o que pode gerar preocupações com questões como sucessão, os Parques Nacionais são estabelecidos para **serem de posse pública**, de forma a garantir que sirvam ao **interesse da sociedade**. Sr Gustavo finalizou sua apresentação falando da importância do Parque Nacional do Itatiaia.

O Sr. Felipe Mendonça ressaltou a relação respeitosa do Parque com as famílias residentes dentro de seu território e afirmou que em momento algum o Parque reconhece que tenha invasores morando dentro do Parque.

Ele relatou que o Parque possui um acúmulo de informações técnicas sobre o assunto, que podem ser compartilhadas com os conselheiros e afirmou que, desde a época do IBDF, o Parque tem sido defendido da forma como está e que a missão do ICMBio é preservar os limites do Parque, apesar da cordialidade com os moradores.

O Sr. Felipe reforçou que o ICMBio reconhece e valoriza a história do território, conforme evidenciado na exposição do centro de visitantes, enfatizou que, embora as histórias no Parque sejam relevantes, elas não alteram a necessidade de manter o status de Parque Nacional, conforme a legislação.

Informou que, em abril de 2024, a AAI esteve em Brasília, onde ocorreu uma reunião no gabinete do ICMBio, com a participação do Parque de forma virtual. Estiveram presentes a chefe de gabinete, a diretora de ações socioambientais e populações internacionais, um representante do Deputado Bandeira de Melo e membros da Associação de Moradores de Itatiaia.

Durante a reunião, a AAI apresentou a sua história e a proposta para a criação do Monumento Natural de Itatiaia. O Sr. Felipe relatou que, no decorrer da reunião, o ICMBio comprometeu a avaliar tecnicamente a proposta e fornecer uma resposta. No entanto, a **resposta oficial não foi enviada**, e houve um erro de comunicação, fazendo com que o Deputado recebesse a informação equivocada de que o ICMBio concordava com a proposta.

Quando a proposta foi transformada em um projeto de lei, o ICMBio revisou a situação, discutiu com o gabinete e conseguiu impedir que o projeto avançasse na Comissão de Meio Ambiente. Posteriormente, o Deputado retirou o projeto de lei da pauta.

### **FALA DA PROCURADORAS DR. IZABELLA BRANT**

A Dra. Izabella Brant relatou que chegou à região em 2006, quando o Ministério do Meio Ambiente solicitou o avanço e a conclusão da regularização fundiária do Parque Nacional do Itatiaia. Desde então, iniciou-se a atuação do Ministério Público Federal, que já trabalhava com um procedimento específico para tratar da regularização fundiária da Unidade de Conservação.

A Dra. Izabella relatou que, embora não se lembrasse com precisão se foi em 2006 ou 2008, a Associação apresentou ao Ministério Público a proposta de criação de um Monumento Natural. O Ministério Público então instaurou um procedimento e contou com a monitoria do ICMBio para obter fundamentos técnicos sobre a viabilidade da proposta. Com o apoio do corpo técnico do Ministério Público Federal, o procedimento foi arquivado, pois a proposta não avançou.

Paralelamente, o Ministério Público atuou em ações judiciais que questionavam os limites do Parque, sempre defendendo a legalidade do Decreto de 1982. O Ministério Público tem cobrado do ICMBio a regularização fundiária, a consolidação territorial e a implementação efetiva da Unidade de Conservação, com foco na defesa e cumprimento desses deveres ao longo dos anos.

A Dra. Izabella afirmou que se sente tranquila por não ter atuado em todos os procedimentos relacionados ao Parque, já que outros membros do Ministério Público de Resende estiveram envolvidos. Ela destacou que, apesar de a norma federal de 1982 definir os limites do Parque, isso não implica em desconsiderar as propriedades privadas ou a história da região, mas sim em reconhecer essas questões. O Ministério Público cobra

que o poder público cumpra sua missão de consolidar territorialmente a Unidade de Conservação.

Em relação à recategorização do Parque Nacional para Monumento Natural, Dra. Izabella expressou a preocupação técnica de que isso representaria uma redução da proteção. Considerando o direito ambiental como um direito fundamental, ela entende que essa mudança poderia reduzir a proteção de uma Unidade de Conservação de proteção integral, posicionamento que o Ministério Público tem defendido nas ações judiciais e procedimentos administrativos. Todos os processos são submetidos à Câmara de Coordenação e Revisão, porém a Associação tem possibilidade de sempre apresentar suas ponderações.

A Dra. Izabella agradeceu a oportunidade de participar da reunião e ressaltou a importância de o Conselho refletir sobre o ano que passou, considerando as conquistas e as dificuldades enfrentadas pelo Parque. Ela observou que muitos dos temas discutidos nas reuniões também passaram pelo Ministério Público Federal. A Dra. Izabella sugeriu que fosse o momento de olhar para o futuro e refletir sobre os tipos de discussões a serem abordadas, destacando que há diversas tarefas pendentes para tornar o Parque mais efetivo, envolver a sociedade e ampliar as pesquisas. Ela enfatizou que existem muitas demandas e que o Conselho deve também pensar nos desafios e temas que surgirão nos próximos anos.

A Sra. Adriana questionou o Sr. Gustavo sobre a data referente à regularização fundiária, e ele mencionou que o marco estava descrito no Decreto de 1937, que estabelece a desapropriação das áreas ainda particulares. A Sra. Adriana, por sua vez, corrigiu, mencionando que o Decreto é de 1938, quando o governo definiu as propriedades a serem desapropriadas para a continuidade da gestão do Parque.

A Sra. Adriana falou que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) não categoriza as unidades de conservação de proteção integral como uma é mais restritiva do que a outra, e que todas as unidades de proteção integral têm as suas diretrizes definidas em seus planos de manejo. Reforçou que o que estará no plano de manejo do MONAI será decidido por esse conselho e que a proposta apresentada pela AAI é que a gestão do PNI fosse compartilhada com a gestão do MONAI.

A Sra. Adriana destacou que o Parque não é uma área rural, mas urbana, e que possui documentos que comprovam essa afirmação. Relatou ainda que os loteamentos, como o lote 90 citado por Sr. Gustavo, foram legalizados por meio de decretos municipais, e que as áreas desmembradas eram anteriores à criação do Parque, sendo incluídas em 1982. Informou que desde 1951, a AAI tem mantido o Parque e que há registros, atas e recibos que comprovam isso.

A Sra. Adriana pediu desculpas ao Sr. Felipe, ressaltando que tudo o que foi dito não era verdade. Comprometeu-se a disponibilizar notas técnicas que embasam suas afirmações para todos os presentes.

O Sr. Waldecy Mathias compartilhou sua experiência na criação do MONA da Serra da Maria Comprida, em Petrópolis. Destacou que o processo envolveu consultas públicas,

debates e votação na câmara municipal. Observou que, ao contrário desse procedimento, não percebeu a mesma abordagem na proposta da AAI para o Parque Nacional do Itatiaia.

O Sr. Waldecy alertou que a recategorização de uma unidade de conservação abriria um precedente significativo no Brasil, o que poderia acarretar problemas para outros parques, como o Parque da Tijuca, que lida com questões envolvendo uma comunidade quilombola, e o Parque Serra dos Órgãos, com a Fazenda Bonfim. Em sua análise, ele ressaltou que, caso o Parque Nacional do Itatiaia estabelecesse esse precedente, o Parque da Tijuca poderia enfrentar situações semelhantes, como a proposta da Mitra, que busca separar a área do Cristo Redentor para sua administração.

O Sr. Waldecy relatou que consultou os representantes da Federação no Conselho do Parque Nacional da Tijuca e afirmou que todos os conselheiros, exceto a Mitra, votaram contra a recategorização proposta. Mencionou ainda que a Mitra deixou o conselho. Reforçou que não se deve abrir esse precedente, pois a criação ou alteração de uma unidade de conservação deve seguir um processo legislativo adequado, por meio de Projeto de Lei (PL) em Brasília, e não por ações isoladas. Enfatizou que uma proposta como a apresentada não pode ser resolvida de forma simplificada. Destacou que é essencial que o conselho seja ouvido, que o assunto seja amplamente debatido e que seja realizada uma consulta pública.

O Sr. Felipe explicou que, embora haja uma população que ocupava a área do Parque antes de sua criação, a decisão do Estado brasileiro de criar e ampliar um Parque Nacional tem um significado profundo para a sociedade. Ele destacou que, ao estabelecer o Parque, o Estado reconhece a importância daquela área e a necessidade de garantir sua preservação como propriedade pública de forma perpétua. Ressaltou que essa é uma decisão do Estado.

O Sr. Felipe afirmou que, embora possa existir reivindicações baseadas em direitos de populações tradicionais, como quilombolas, indígenas ou de legítimos proprietários, o Estado tem um caminho legal para tratar essas questões.

O Sr. Felipe ressaltou que, em momento algum, o Parque Nacional reconheceu a presença de "invasores" em sua área. Ele afirmou que a ocupação existente é legítima e que há um caminho legal para tratar dessa situação. Destacou que, ao criar e reconhecer a importância do Parque, o Estado brasileiro tem seguido um processo legal contínuo de regularização fundiária, o qual vem sendo implementado de forma ininterrupta nos últimos 15 anos.

O Sr. Felipe também ressaltou que não há contestações quanto aos limites do Parque traçados em 1982, reforçando que as demarcações feitas na época são amplamente reconhecidas e válidas.

O Sr. Felipe explicou que, no caso do Monumento Natural, quando existem áreas privadas, é possível identificar os donos atuais, mas não se sabe quem serão os proprietários no futuro. Destacou que essa incerteza gera um risco para a conservação da área. Por essa razão, enfatizou a importância de garantir que a área seja pública de forma perpétua, conforme foi planejado em 1937, para assegurar sua preservação

A Sra. Adriana esclareceu que todos os presentes compreendem o significado de um estudo técnico para a criação ou ampliação de uma Unidade de Conservação. Destacou que o Plano de Manejo de 1982 não previa a retirada de áreas, e que a ampliação do Parque não foi mencionada. Enfatizou que a associação dos moradores não quer extinguir o Parque, mas sim que a gestão do Parque seja também do MONAI. Que a associação está preocupada em preservar as memórias locais.

A Sra. Adriana criticou a falta de incentivo para o plantio de florestas no Brasil e questionou as avaliações feitas pelo ICMBio nas propriedades, mencionando a existência de mais de 100 edificações. Perguntou como o ICMBio lidaria com essas construções, já que, conforme contrato com a Parquetur, o ICMBio poderia transferir essas edificações para exploração econômica.

Segundo a representante da AAI argumentou que a retirada de moradores que reflorestaram a área para a introdução de outras pessoas não fazia sentido. Defendeu que a associação possui o original do estudo técnico de 1982 que aponta que essa área não deveria ser considerada Parque, mas que tal estudo foi ignorado. Concluiu afirmando que, no seu entendimento, é a primeira vez que o governo federal não cumpre sua própria legislação, pois, apesar de ter criado um Decreto-Lei em 1979 exigindo a elaboração do plano de manejo, este não foi implementado de maneira adequada.

A Sra. Adriana respondeu à observação do Sr. Waldecy, explicando que a proposta do MONAI não foi apresentada inicialmente ao conselho e que encaminharia as notas técnicas e os processos para que todos compreendam a situação. Destacou que a associação não está ali de maneira leviana, que seus membros não são veranistas, mas sim herdeiros de propriedades que precisam trabalhar. Explicou que eles saem para trabalhar e retornam às suas propriedades, e que o pedido da associação é que todos reconsiderem e debatam a possibilidade de criar um Monumento Natural, uma Unidade de Conservação de Proteção Integral.

A Sra. Adriana ressaltou que, em sua visão, não existe um modelo de proteção "mais ou menos", para uma unidade de conservação integral, uma vez que o plano de manejo estabelece claramente as ações a serem seguidas. Destacou ainda que a associação tem um histórico completo de suas atividades e mencionou que os hotéis, em particular, já contribuíram financeiramente para a manutenção das estradas e os atrativos do PNI.

O Sr. Waldecy declarou que não questionava o direito dos proprietários sobre suas propriedades, mas sim a forma como a associação estava conduzindo a proposta do MONAI. Ressaltou que o processo não se tratava de uma recategorização de unidade de conservação, já que esse procedimento não existe, e que era necessário eliminar essa ideia, pois tal ação poderia criar um precedente perigoso no país. Alertou que situações semelhantes já estavam surgindo em diversas partes do Brasil e que seria muito difícil controlar essa expansão.

O Sr. Waldecy sugeriu que a associação buscasse alternativas e pediu que a Sra. Adriana enviasse os documentos necessários para que ele pudesse analisá-los. Manifestou disposição para oferecer seu apoio, mas apenas se o processo fosse conduzido de forma diferente.

O Sr. Waldecy pediu ainda que a Sra. Adriana deixasse de lado comparações com o Parque da Tijuca e o PARNASO, pois, segundo ele, as situações nesses parques eram completamente diferentes das do contexto atual.

O Sr. Olavo Francisco, morador do Parque, iniciou sua fala destacando seu compromisso com o reflorestamento da área, mencionando que, sempre que percorre as trilhas, recolhe os lixos deixados pelos visitantes. Ele afirmou que, juntamente com seus 22 irmãos, nasceu no Parque, e que, mesmo antes de seu nascimento, seu pai, como morador, já realizava ações de reflorestamento.

O Sr. Olavo compartilhou que sua mãe faleceu triste com a questão da desapropriação da área, e que ele estava presente na reunião para expressar sua oposição a esse processo. Concluiu dizendo que, em vez de desapropriar, seria mais produtivo agregar os moradores para colaborar na preservação e cuidado do Parque.

Em resposta à fala da Sra. Adriana, o Sr. Gustavo afirmou que não desejava entrar em um debate extensivo, pois seu objetivo era resumir as questões técnicas. Contudo, refutou a acusação de que teria agido de má-fé ao induzir os outros a acreditar que o SNUC fazia distinção entre as unidades de conservação de proteção integral. O Sr. Gustavo enfatizou que o SNUC estabelece, sim, diferenças claras entre as categorias de unidades de conservação e pediu para que a Sra. Adriana lesse com atenção o que cada categoria permite e qual o objetivo de cada uma.

O Sr. Gustavo explicou que apenas o fato de permitir propriedades privadas em determinadas unidades já implica um grau de proteção menor. Além disso, destacou que a permissão de visitação pública e a utilização de edificações para fins de uso público também indicam uma proteção menor em comparação com outras categorias, como a Estação Ecológica. Finalizou afirmando que a vocação da área é para um Parque Nacional, e não para uma Estação Ecológica.

O Sr. Eduardo Cotrim questionou à Sra. Adriana sobre o que a associação considera como Monumento Natural, no contexto da criação do MONA no Parque Nacional do Itatiaia. Ele pediu esclarecimentos sobre o conceito de MONA e sobre a gestão proposta, que, conforme mencionado pela Sra. Adriana, ficaria a cargo do ICMBio, que já gerencia o Parque.

O Sr. Eduardo citou a tabela apresentada pelo Sr. Gustavo, que mostrou as diferenças entre as categorias de unidades de conservação, conforme o SNUC. Ele levantou a preocupação de que, com a gestão do MONA, a gestão do Parque poderia considerar a necessidade de desapropriação da área. Perguntou à Sra. Adriana quais garantias a associação teria de que, após todo o movimento para criar o MONA, isso não resultaria em uma desapropriação futura.

A Sra. Adriana respondeu ao Sr. Eduardo Cotrim, explicando que existem 45 Monumentos Naturais no Brasil e que a proposta de criar o Monumento Natural de Itatiaia foi uma solução encontrada pela associação. Ela reforçou que o Monumento Natural é uma Unidade de Conservação de proteção integral.

A Sra. Adriana mencionou que, no passado, foi firmado um termo de cooperação com a comunidade de Serra Negra, reconhecida pelo ICMBio como povos tradicionais.

Contudo, afirmou que a associação nunca teve a mesma abertura para diálogo com o ICMBio. Ela ressaltou que o Sr. Eduardo Cotrim, por fazer parte do conselho há muito tempo, conhecia essa situação. Concluiu dizendo que a proposta da associação para a criação do Monumento Natural era uma oportunidade para findar com conflito.

A Sra. Adriana, respondendo ao segundo questionamento do Sr. Eduardo Cotrim, esclareceu que, em um Monumento Natural, a desapropriação de propriedades só é permitida se estas estiverem em desacordo com os objetivos da Unidade de Conservação. Ela afirmou que, no caso específico da associação, não existe nenhuma propriedade dentro do Parque que esteja em desacordo com os objetivos da Unidade.

O Sr. Renato Rodrigues Cabral Ramos questionou como um assunto de tamanha importância, como a proposta do Monumento Natural, nunca havia sido discutido no Conselho Consultivo. Ele relatou que já fazia parte do conselho há cerca de dois anos e nunca havia visto esse tema sendo abordado. Embora estivesse satisfeito por finalmente começar a entender o assunto, uma vez que até então só tinha acompanhado por WhatsApp, expressou sua surpresa e indignação por um tema de grande relevância ter surgido de forma inesperada durante a reunião, sem qualquer discussão prévia no conselho.

O Sr. Felipe respondeu que o tema já havia passado em gestões anteriores do conselho, mas reconheceu que a abordagem poderia ter sido melhor, principalmente após o susto com o projeto de lei relacionado à proposta do MONA. Informou que o Parque Nacional do Itatiaia estava tratando o assunto conforme o recebia.

O Sr. Fabio Cunha, membro da AAI e proprietário, faz uma crítica à fala do Sr. Felipe quando ele fala que a comunidade não é tradicional e diz que ele, sua família, já estava aqui antes de 1937. Critica também a fala do Sr. Gustavo que disse que o Decreto de 1937 diz que todos os lotes deveriam ser desapropriados e afirma que isso não é verdade e que em houve a definição de quais os lotes que deveriam ser desapropriados para fazer a ligação com a sede. Diz ainda que lhe causa muita estranheza quanto as inverdades que são ditas. Diz ainda que o ser humano guarda muito mais o mal, e que quando o órgão fala que os moradores são invasores, que vai acabar com a água ou que os moradores iriam depredar, com tudo isso é muito mais fácil todo mundo bombardear a comunidade e esquecem que foram os moradores que reflorestaram e que não estão aqui para destruir nada, muito pelo contrario a comunidade esta aqui para contribuir e ajudar a gestão a realizares os projetos do PNI, mas que infelizmente todos precisam gastar muito dinheiro com advogados para nos mantermos aqui, mas o nosso interesse é continuar ajudando o parque.

### **INFORMES DO PNI:**

O Sr. Felipe relatou que o ano de 2024 foi desafiador, mas também de importantes realizações para o Parque. Informou que o primeiro Encontro de Acessibilidade em Unidades de Conservação Federal seria realizado em dezembro de 2024, porém, devido a questões burocráticas do instituto, o evento foi adiado para os dias 19 e 20 de março de 2025. O encontro contará com a participação de várias unidades de conservação que

compartilharão suas experiências, e a expectativa é que surjam orientações e diretrizes para acessibilidade em áreas naturais.

O Sr. Felipe compartilhou a construção da primeira cachoeira acessível no Parque, localizada na Cachoeira Camapuã. Apresentou fotos da obra e explicou que a infraestrutura permitirá que cadeirantes saiam do carro, percorram uma trilha de 100 metros com 2% de declividade e cheguem até a queda d'água. Informou ainda sobre a aquisição de uma cadeira anfíbia, já disponível no Parque, e enfatizou que essa ação tem gerado muito orgulho entre os servidores do Parque.

O Sr. Felipe atualizou sobre a ação de manejo do javali, realizada em parceria com o ICMBio Mantiqueira, que ocorreu na Flona de Passa Quatro nos meses de agosto e setembro. Durante essa ação, foi utilizada uma das três armadilhas adquiridas por meio de um acordo de cooperação com a CSN. A armadilha foi colocada na região das Pousadas dos Lobos, área a ser regularizada, com a participação do proprietário, que se interessou devido ao impacto significativo dos javalis na localidade. O Sr. Felipe destacou que essa ação proporcionou muitos aprendizados e que o Parque pretende intensificar o manejo e controle populacional no ano de 2025. Atualmente, as armadilhas estão desmontadas, aguardando a autorização do IBAMA para definir quem será responsável pelo abate das espécies, os chamados "controladores".

O Sr. Felipe apresentou atualizações sobre os campings da parte alta e parte baixa. Informou que o camping da parte alta tem previsão de inauguração para 2025, com o envolvimento do Exército para a instalação do reservatório de água. Também mostrou imagens da construção do camping na parte baixa.

O Sr. Felipe informou que o Parque esteve presente no Congresso de Trilhas, onde o Sr. Pheterson, manejador de trilhas do PNI, e referência em manejo de trilhas no Brasil fez uma fala. Destacou também a moção contra a redefinição dos limites do Parque, que foi discutida no evento.

O Sr. Felipe anunciou que o Parque lançará nos próximos dias a seleção das "pegadas do Parque". O processo teve início no grupo do CTME, com algumas propostas sendo discutidas e unificadas para a escolha final. A divulgação para votação será realizada por meio de WhatsApp, Instagram e outros canais, com ampla divulgação.

O Sr. Felipe informou que o Parque está na fase de conclusão dos relatórios de gestão do ano de 2024, que estão sendo elaborados por áreas temáticas. Após a finalização, os relatórios serão disponibilizados para todos, a fim de garantir a transparência e a prestação de contas.

## **5. INFORMES DOS CONSELHEIROS:**

O Conselheiro Sr. Marcelo Brito, representante do Grupo Excursionista Agulhas Negras (GEAN), levantou uma dúvida sobre a moção de repúdio sugerida pelo Sr. Fábio Gandra, questionando se o Conselho havia aprovado ou não a moção.

O Conselheiro Sr. Marcos Cotrim, representante do Instituto Campo Belo, relatou que trabalha com história e memória e destacou que, em 2027, o Parque completará 90 anos. Esse marco coincidirá com o tricentenário da introdução do café no Brasil, sendo a cidade de Resende escolhida como o berço do café. Em 1927, foi erguido um monumento para celebrar essa data histórica. O Sr. Marcos lembrou ainda que, no Parque, existia a Fazenda Mont'Serrat, que explorava a cafeicultura e posteriormente o gado. E que a vegetação que hoje vemos no Parque não existia

Ele expressou seu desejo de trazer formalmente, na próxima plenária do conselho, uma proposta para começar a trabalhar na comemoração dessas efemérides, com foco não apenas no centenário do Parque em 2037, mas também em ações para 2027. O Sr. Marcos enfatizou a importância de reunir os interessados e parceiros, ressaltando que a história é um tema plural e que a colaboração de todos é essencial.

O Sr. Fábio Gandra parabenizou os Srs. Gustavo e Pheterson pelo excelente trabalho realizado na trilha da Cachoeira do Poranga. Relatou que não havia visitado o local antes devido ao fechamento da trilha pela concessionária, que alegou falta de funcionários para fiscalização. Perguntou ao Sr. Leonardo se essa questão havia sido resolvida, opinando que não seria necessário um funcionário permanente no local, sendo possível atuar em situações de risco, como chuva, com uma equipe de apoio. Ressaltou que a trilha ficou excelente e recomendou a visita à Cachoeira do Poranga.

O Sr. Fábio convidou os conselheiros a organizarem, dentro de suas instituições, um passeio ao Parque, incentivando o envolvimento e a valorização do local por meio da visita. Também informou que, nos dias 19 e 20 de março de 2025, ocorrerá o Congresso de Acessibilidade no Parque (PNI) e questionou se seria possível inaugurar uma rampa de acesso ao Mirante do Último Adeus até essa data.

A Srª Adriana parabenizou o Parque pela implantação da trilha de acessibilidade, destacando que achou a iniciativa muito positiva. Recordou que, enquanto gestora no PEPS, havia a intenção de desenvolver uma trilha acessível no Bosque do Visconde, mas com o objetivo de permitir que as pessoas realmente sentissem a experiência da trilha. A Srª Adriana elogiou a proposta da trilha acessível no Parque, especialmente por possibilitar que cadeirantes possam vivenciar de fato a experiência de estar dentro da água, o que considera uma ação muito bacana e inovadora. Reforçou que esta pode ser a primeira trilha efetiva de experiência para um atrativo natural.

O Sr. Felipe, em resposta ao Sr. Fábio Gandra, informou que o Parque já conversou com a concessionária sobre a reabertura da Cachoeira do Poranga e está monitorando a situação. A intenção é garantir que a cachoeira permaneça aberta ao público.

Em relação à moção elaborada pelo Sr. Fábio Gandra, o Sr. Felipe informou que ficou acordado que o Sr. Fábio enviará o documento por e-mail a todos os conselheiros para a coleta de assinaturas.

O Sr. Felipe comentou que, até o momento, o Parque não recebeu nenhuma novidade sobre o projeto da tirolesa, nem um parecer da Procuradoria Federal Especializada (PFE) a respeito. Informou que, após a última reunião, o Parque enviou os estudos geológicos recebidos, mas, devido à Lei de Acesso à Informação, se os conselheiros acharem pertinente, o processo poderá ser colocado no grupo do conselho

para análise. Ressaltou que a prudência é para evitar atropelos nos procedimentos, garantindo que o processo será examinado por todos com o devido tempo e, caso necessário, será discutido em moções para análise coletiva.

O Sr. Felipe informou que o projeto da tirolesa está sendo tratado pela Coordenação de Brasília responsável pelas concessões. O gestor do contrato instituiu uma equipe técnica para avaliar o projeto e verificar as possíveis complementações necessárias para sua aprovação. Apesar de a equipe técnica já ter realizado essa avaliação, ainda persiste a dúvida legal em relação ao parecer da Procuradoria Federal Especializada (PFE), que, até o momento, não se manifestou. O Sr. Felipe garantiu que todas as documentações relacionadas ao projeto serão encaminhadas aos conselheiros, para que possam analisar e se manifestar com tempo.

A Srª Soraya Martins convidou os conselheiros a agendarem as datas para as próximas plenárias do conselho, sugerindo as seguintes datas: 27/03, 24/06, 25/09 e 09/12/2025. As datas foram aceitas por todos os conselheiros presentes.

A Srª Soraya comentou sobre a sensação de que as reuniões de meio período têm sido muito corridas, com pouco tempo para discutir profundamente os temas mais importantes. Propôs testarem, na primeira reunião de 2025, uma reunião de dia inteiro para avaliar se esse formato seria mais adequado para as demais reuniões do ano. Além disso, sugeriu que as reuniões de dia inteiro poderiam incluir momentos de formação, com participação de especialistas, mesas redondas e dinâmicas, o que também foi aceito pelos conselheiros presentes.

## **6. ENCERRAMENTO**

O Sr. Felipe Mendonça encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos os presentes.

Eu, Elisabete Hulgado, Secretária Executiva deste Conselho Consultivo, lavro a presente ata e destaco que a Sra. Eufrania Abreu, funcionária da Área Temática da Socioambiental do PNI redigiu o presente documento, fiel às falas dos presentes.